

23 mar 2006 / 00:00

## Tribunal de Opinião Pública

### *Alteração do local de realização*

Por não ter sido autorizada pela C.M. de Lisboa a realização desta iniciativa no Rossio, o "Tribunal de Opinião Pública" decorrerá na **Casa do Alentejo** (na Rua das Portas de Santo Antão), à hora inicialmente prevista (15h00).

The poster is divided into two main sections. The top section has a yellow background with the text 'Tribunal de Opinião Pública' in large, bold, black letters, and below it, in smaller black letters, 'Julgamento das Políticas do Governo'. The bottom section has a white background and features a photograph of the Portuguese flag waving. Above the flag, the text reads 'Os Trabalhadores da Administração Pública exigem que se fale verdade'. Below the flag, the date and time '24 de Março - 15horas' and the location 'Lisboa-Rossio' are printed in large, bold, black letters. In the bottom right corner of the white section, there is a small blue logo for 'Frente Comum'.

■ O Governo tomou a Administração Pública como um dos alvos preferenciais da sua política de ataque aos direitos dos trabalhadores. Demagogicamente lançou na opinião pública um vasto conjunto de calúnias: que os trabalhadores da Administração Pública tinham privilégios, primavam pelo absentismo e incompetência, eram os responsáveis pelas deficiências existentes no funcionamento dos serviços.

■ A coberto destas calúnias e sustentado na mais pura demagogia, o actual executivo governativo impôs o congelamento das carreiras, agravou as condições de aposentação, tentou limitar o exercício dos direitos sindicais e laborais, encobrindo e colaborando com as responsabilidades políticas dos sucessivos governos no estado actual dos serviços públicos.

■ Ao mesmo tempo que denegria e caluniava os trabalhadores, o Governo prosseguiu e aprofundou as políticas assumidas pelos executivos anteriores no sentido da privatização de numerosos serviços que constitucionalmente cumpre ao Estado assumir. O encerramento de milhares de escolas, de maternidades, de hospitais e outros serviços de saúde embora camuflado sob diversos pretextos, cria condições objectivas para a expansão do sector privado em áreas que deveriam ser sobretudo de serviço público, como garantia da igualdade de direitos dos cidadãos. Em resumo: o Governo impõe uma política onde os interesses das populações se subordinam à lógica dos lucros.

■ Num ano de Governo de José Sócrates, os trabalhadores da Administração Pública têm sobejas razões de queixa; mas são sobretudo os cidadãos, nomeadamente os mais carenciados e os do interior, os mais penalizados pela degradação e privatização dos serviços essenciais.

**OS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
ASSUMEM AS SUAS RESPONSABILIDADES E POR ISSO  
CONDENAM AS POLÍTICAS DESTE GOVERNO**

**PARTICIPA**

